



EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 102/2025

CREDENCIAMENTO Nº 004/2025

QUADRO RESUMO

Processo Licitatório nº	102/2025
Inexigibilidade nº	024/2025
Data inicial para inserção dos documentos e site	Os documentos para credenciamento deverão ser inseridos no site www.licitanet.com.br , a partir do dia 06 de novembro de 2025 .
1ª Sessão Pública	<p><i>A Sessão Pública inaugural para análise da documentação ocorrerá no dia 10 de novembro de 2025 às 09hs30min.</i></p> <p><i>O credenciamento, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.</i></p> <p>IMPORTANTE: Mesmo acontecendo a sessão pública inaugural, durante o período de vigência do credenciamento, poderão ocorrer credenciamentos de novos interessados, mediante apresentação dos documentos para a habilitação exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Licitanet. As sessões subsequentes à sessão inaugural serão realizadas apenas na segunda-feira seguinte, após a solicitação de credenciamento enviada para o e-mail: licitacao@po.mg.gov.br.</p>
Objeto do certame	CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO DESTINADO À RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG.
Dotação orçamentária	Constante do edital
Edital	<p>O edital de credenciamento e seus anexos ficarão disponíveis para download no site https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes e www.licitanet.com.br. Não será cobrado nenhum valor para fornecimento do edital e anexos.</p> <p>Não será encaminhado edital via postal ou através de fac-símile.</p>
Contatos e informações	<p>Camila Fonseca Da Silva – Agente de contratação</p> <p>Telefone (34) 3811-0070</p> <p>E-mail: licitacao@po.mg.gov.br</p>



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Credenciamento Nº 004/2025

Processo nº102/2025

O **Município de Presidente Olegário**, com endereço à Praça Doutor Castilho, nº 10, Bairro: Centro, Presidente Olegário/MG, CEP nº 38.750-000, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, isento de inscrição estadual, por meio do **Setor de Licitações**, TORNA-SE público que, em cumprimento aos preceitos contidos no Art. 79, inciso I, da Lei 14.133/2021, estará recebendo, através do site **LICITANET**, a partir do dia 06 de novembro de 2025, os interessados em participar dos procedimentos de cadastramento para efeitos do Credenciamento de fornecimento de cascalho para o Município de Presidente Olegário, na forma da legislação em vigor, conforme especificado neste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente chamamento público é o CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO DESTINADO À RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG, na forma da legislação em vigor, conforme especificado neste edital e seus anexos.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A presente prestação de serviços será disciplinada em conformidade com a legislação em vigor, em especial, as Leis Federais 14.133 de 01 de abril de 2021, e Decreto Municipal 1.760 de 19 de janeiro de 2024 e pelas condições estabelecidas nesse edital e seus anexos, que dele constituem parte integrante para todos os efeitos legais.

2.2. O município de Presidente Olegário irá fazer a escolha de qual credenciado irá fornecer o cascalho, diante do critério da menor distância entre o local onde será utilizado e o local de retirada.

2.3. As retiradas de cascalho serão realizadas de acordo com a demanda, que será organizada pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes.

2.4. Para todas as referências de tempo contidas neste edital será observado o horário oficial de Brasília-DF

2.5. O edital de credenciamento e seus anexos ficarão disponíveis para download no site <https://presidenteolegario.mg.gov.br/licitacoes>, www.licitanet.com.br e poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@po.mg.gov.br. Não será cobrado nenhum valor para fornecimento do edital e anexos. Não será encaminhado edital via postal ou através de fac-símile.

2.6. O credenciamento, na forma eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2.7. Mesmo acontecendo a sessão pública inaugural, durante o período de vigência do credenciamento, poderão



ocorrer credenciamentos de novos interessados, mediante apresentação dos documentos para a habilitação **exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Licitanet.**

3. DO OBJETO

3.1. O objeto do presente edital é o credenciamento de interessados para fornecimento de cascalho destinado à recuperação de estradas vicinais no município de Presidente Olegário-mg.

3.2. As especificações e demais condições do CREDENCIAMENTO constam dos Anexos a este Edital, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

4. DA PARTICIPAÇÃO E PRAZO DE INSERÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO VIA SISTEMA

4.1. Respeitadas as demais condições legais e as constantes deste edital, poderão participar do presente CREDENCIAMENTO empresas, cujo objetivo social seja compatível com o objeto licitado.

4.1.1. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do serviço empresa na qual haja participação societária, ou seja, diretor ou gerente servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.1.2 Considera-se participação indireta, para fins do disposto nesta cláusula, a existência de qualquer vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil, entre o servidor público municipal e pessoa jurídica licitante.

4.2. As informações prestadas, assim como a documentação anexada, são de inteira responsabilidade do interessado, cabendo-lhe certificar-se, antes da sua inscrição, de que atende a todos os requisitos para participar do credenciamento.

4.3. A apresentação da documentação implica manifestação do interessado em participar do processo de credenciamento com o Município de Presidente Olegário/MG, aceitação e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

5. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

5.1. Para fins de habilitação para o presente credenciamento, os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema de “credenciamento”, no site www.licitanet.com.br a documentação relacionada abaixo:

5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.2.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

5.2.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



5.2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5.2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

5.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

5.2.9. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

5.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.3.2. Prova de regularidade com INSS (seguridade social), e tributos federais e dívida ativa da união (certidão conjunta);

5.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

5.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

5.3.5. Prova de regularidade com FGTS (fundo de garantia por tempo de serviço) que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;





5.3.6. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

Nota: são válidas para comprovação de regularidade as certidões positivas com efeito de negativas expedidas pelos respectivos órgãos.

5.4. – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.4.1. Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, Concordata expedida pelo FORO de domicílio da proponente, dentro do prazo de validade previsto na mesma, referente à data de abertura desta licitação, admitindo-se certidões digitais.

5.4.1.1. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório – Acórdão TCU 1201/2020 Plenário. (Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

5.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Comprovante da propriedade onde será extraído o cascalho;

5.5.2. Certidão de Matrícula do Imóvel;

5.5.3. Licenciamento Ambiental;

5.6. DECLARAÇÕES E OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.6.1. **DECLARAÇÃO** do representante legal, observado o disposto no **Anexo IV**;

5.6.2. Declaração de concordância com o preço da tabela do município de Presidente Olegário – MG, **Anexo III**;

5.7. DOS DOCUMENTOS

5.7.1. Será efetuado consulta ao *site* da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.

5.7.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo.

5.7.3. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 90 (noventa) dias até a data de abertura da sessão inaugural.

¹ Art. 88. Ao requerer, a qualquer tempo, inscrição no cadastro ou a sua atualização, o interessado fornecerá os elementos necessários exigidos para habilitação previstos nesta Lei.

(...)

§ 3º A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, o que constará do registro cadastral em que a inscrição for realizada.



IMPORTANTE: Em caso de documentos (DECLARAÇÕES) firmados por assinatura digital, deverá ser providenciado pelo licitante a remessa do comprovante/autenticidade da assinatura eletrônica emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI², ou, ainda, deverá ser providenciada a apresentação/envio de mídia contendo o arquivo digital original para verificação/autenticação de conformidade da assinatura com a regulamentação da ICP-Brasil, quando solicitado pelo Agente de Contratação.

Caso as declarações sejam assinadas manualmente, poderão ser autenticadas em cartório ou por servidor público competente, mediante cotejo do documento original.

Não serão aceitos documentos com assinatura em formato imagem (copia/cola).

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

6.1. Os interessados nos credenciamentos deverão anexar todos os documentos exigidos no item 05 do edital no site eletrônico da www.licitanet.com.br.

6.2. Toda documentação exigida, é requisito obrigatório à habilitação dos interessados no credenciamento de que trata este edital.

6.3. A análise dos documentos apresentados será realizada pela agente de contratação e equipe de apoio que poderá convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos porventura necessários.

6.4. Serão considerados habilitados os interessados que apresentarem a documentação válida exigida e se enquadrarem nas regras e exigências contidas neste Edital.

6.5. Serão considerados inabilitados os interessados que não atendam às exigências contidas neste Edital e, especialmente:

a) por qualquer motivo estejam declaradas temporariamente suspensas ou impedidas de contratar com a Administração Pública, do Município de Presidente Olegário/MG, ou que estejam declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal.

b) estejam inadimplentes com as obrigações assumidas junto aos órgãos fiscalizadores da atividade/profissão, ou possuam qualquer nota desabonadora emitida pelos referidos órgãos.

c) tenham sido descredenciados/descontratados pelo Município anteriormente por irregularidade na execução dos serviços prestados ou por descumprimento de cláusulas contratuais, conforme avaliação da Secretaria Municipal de Estradas e Transportes relativamente à relação jurídica anterior.

6.6. Este edital de chamamento, depois de publicado na imprensa oficial, admitirá a apresentação de documentação, conforme legislação vigente, a qualquer tempo ou momento, a critério do interessado.

6.7. O Município de Presidente Olegário tornará pública em sua página da internet www.presidenteolegario.mg.gov.br a relação nominal dos habilitados neste procedimento e os não habilitados serão comunicados por meio eletrônico, de maneira individualizada.

6.8. O não comparecimento para a formalização o “Contrato”, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da decisão e homologação do procedimento, será entendido como desistência por parte do interessado.



7. A CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DOS CREDENCIADOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.1. Quando houver mais de uma empresa credenciada, a seleção do fornecedor será realizada com base na menor distância entre o ponto de retirada disponibilizado pela empresa e o local de utilização do cascalho, visando à otimização logística e à economicidade.

Observação: O credenciamento somente será considerado válido após a apresentação integral de todos os documentos exigidos no item 5 deste edital e a efetivação do credenciamento para todos os serviços previstos no Termo de Referência.

7.2. A solicitação dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes.

7.3. Quando necessário, poderão ocorrer contratações simultâneas.

7.4. A organização e distribuição das demandas entre os(as) fornecedores(as) caberá à Secretaria Municipal de Estradas e Transportes, observando critérios técnicos, logísticos e de eficiência no atendimento.

8. DO TERMO DE FORMALIZAÇÃO, IMPUGNAÇÃO E RECURSO

8.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este instrumento de credenciamento, por via sistema informatizado no endereço: www.licitanet.com.br ou por meio do endereço eletrônico licitacao@po.mg.gov.br.

8.2. Caberá à Agente de contratação e equipe de apoio incumbida do processamento do processo decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de protocolização do requerimento no Protocolo Administrativo.

8.3. Ante a acolhida da impugnação ao ato convocatório, deverá ser providenciada a correção, mantendo se os atos não atingidos pela incorreção.

8.4. Dos atos indeferidos de credenciamento, poderão ser interpostos recursos pelos interessados, no prazo de 03 (três) dias, úteis, contados da ciência da decisão, via sistema informatizado no endereço: www.licitanet.com.br.

8.5. No caso de apresentação de Recurso nos termos do item anterior, o prazo para apresentação de contrarrazões dos interessados será de 3 (três) dias úteis, via sistema informatizado no endereço: www.licitanet.com.br.

8.6. Apresentada ou não as contrarrazões, findo prazo estabelecido, os recursos serão analisados pela comissão e encaminhados à autoridade superior que julgará no prazo máximo de 2 (dois) dias.

8.7. Os recursos contra decisões da Comissão incumbida do presente processo de credenciamento terão efeito suspensivos.

8.8. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios.

8.9. O acolhimento da impugnação ou de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. - DO JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

9.1. O processo para habilitação estará disponível no site www.licitanet.com.br disponível à Agente de contratação



e equipe de apoio, designada pela **Portaria nº 020/2025**, que tem por objetivo analisá-la e emitir parecer conclusivo acerca de autorização ou não das pessoas jurídicas inscritas.

9.2. O interessado cujo requerimento for indeferido poderá interpor recurso nos termos do presente edital, assegurada a ampla defesa e o contraditório, sem prejuízo de escoimadas as dúvidas ou incorreções, pleitear novamente o credenciamento, através de outro requerimento.

9.3. - Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação dos credenciados, será homologada pelo Prefeito Municipal, mediante expedição do Agente de Contratação, e publicada no Diário Oficial do Município.

9.4. As microempresas que apresentarem os documentos relativos à regularidade fiscal eivados de vícios que lhes furtem a validade, gozarão de prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados dos vícios. Decorrido o prazo indicado sem que haja apresentação de novos documentos, ocorrerá decadência ao direito de credenciamento.

9.5. O interessado cujo requerimento for indeferido poderá interpor recurso nos termos do presente edital.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

10.1. Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação dos credenciados, será homologado pelo Prefeito Municipal, mediante expedição de Termo de Homologação, e publicado no Diário Oficial do Município.

11. DA DURAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

11.1. O edital de credenciamento terá vigência por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez.

12. DO CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO HÁBIL

12.1. Concluído e homologado o Credenciamento, os credenciados, de acordo com a oportunidade e conveniência do Município de Presidente Olegário/MG, serão convocados para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços, conforme minuta constante do **Anexo VI** a este edital.

12.1.2 O contrato a ser celebrado poderá ser substituído pela Ordem de Serviço, nota de empenho (NE) ou carta contrato. (Quando for o caso)

12.1.3. Concluído e homologado o Credenciamento, os credenciados, de acordo com a oportunidade e conveniência do Município de Presidente Olegário/MG, serão convocados para celebrar o Contrato de Aquisição de Cascalho, conforme minuta constante do neste edital.

12.2. O credenciado convocado deverá celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação para tal ou através de publicação no Diário Oficial do Município de Presidente Olegário-MG.

12.3. Quando o credenciado convocado para celebrar não comparecer será convocado o credenciado seguinte





constante da lista resultante deste procedimento.

12.4. A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outro credenciado sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos, e na legislação que disciplina a matéria.

13. DO PREÇO E PAGAMENTO

13.1. Conforme termo de referência.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Conforme termo de referência.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 117.999,60** (cento e dezessete mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2 do Termo de Referência.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

16.1. A despesa com o objeto correrá à conta da dotação orçamentária abaixo, relativa ao exercício de 2025 e suas correspondentes ao ano posterior:

Ficha: **656**

Dotação Orçamentária: **02.09.01.26.782.2601.2053.3.3.90.30.00**

Fonte de Recurso: **1.500.000.0000**

16.2. Havendo necessidade, poderão ser acrescentadas novas dotações ao processo por meio de apostilamento de ficha.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Nenhum pagamento ou indenização será devido às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos e propostas relativos ao presente certame.

17.2. É facultada à Agente de Contratação caso julgue necessário, suspender a sessão, para melhor analisar e, posteriormente, proferir sua decisão.

17.3. De todas as reuniões realizadas serão lavradas atas que circunstanciarão as principais ocorrências, inclusive eventuais manifestações dos interessados, por estes próprios reduzidas a termo.

17.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

17.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.6. A homologação do resultado desta não implicará direito à contratação.





17.7. A administração poderá revogar o presente Credenciamento por interesse público, devidamente justificado, sem que caiba ao participante direito a indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.

17.8. A administração deverá anular, de ofício ou por provocação, o presente Credenciamento, no todo ou em parte, sempre que ocorrer ilegalidade, na forma da Lei.

17.8.1. A anulação do procedimento não gera direito à indenização, salvo nos casos legais.

17.8.2. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput do artigo 59 da Lei 14.133/21.

17.9. A tolerância do **CONTRATANTE** com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual ou novação.

17.10. É vedado ao Contratado subcontratar total ou parcialmente o objeto deste processo.

17.11. Os casos omissos serão dirimidos com observância da legislação regedora, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei complementar 123/06 e suas alterações.

17.12. - O desatendimento de exigências meramente formais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, Art. 12 III da Lei 14.133/21³.

17.13. Pela aplicação dos princípios da razoabilidade, formalismo moderado e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a ocorrência de vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação e proposta de preços pelos interessados, considerando que as informações necessárias estejam contidas em documentos apresentados, ou tratando-se de mero erro de aritmética, a comissão poderá adotar medidas no sentido de permitir que os credenciados, saneiem os vícios, observada a impossibilidade de concessão de tratamento diferenciado, bem como juntada extemporânea de documentos de apresentação obrigatória.

17.14. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário/MG para dirimir quaisquer conflitos provenientes deste Credenciamento, por mais privilegiado que possa ser qualquer outro.

17.15. Elaboração do Edital: Kimbelly Luane Barbosa Dos Santos.

17.16. ANEXOS

Anexo I - Projeto Básico/Termo de Referência.

Anexo II – Valores;

Anexo III - Declaração de Concordância dos Preços;

Anexo IV – Declaração Completa;

Anexo V – Modelo de atestado de capacidade técnica;

Anexo VI – Minuta do Contrato.

Anexo VII – Estudo Técnico Preliminar

Presidente Olegário-MG, 24 de outubro de 2025.



Município de Presidente Olegário – MG
Setor de Licitações
(34) 3811-0070
www.po.mg.gov.br E-mail: licitacao@po.mg.gov.br

Camila Fonseca da Silva
Agente de Contratação
Município de Presidente Olegário – MG

Leonardo Santos Araújo
Secretária Municipal de Estradas e Transportes
Município de Presidente Olegário – MG

³ Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

01 - OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO DESTINADO À RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo de referência.

Item	Especificação	UND	Qtd estimada M ³ para um mês	Qtd estimada M ³ para um ano	Valor Unitário	Valor Total
1	CASCALHO	M ³	1.000	12.000	R\$ 9,83	R\$ 117.999,60

1.2 - O objeto da licitação tem a natureza de fornecimento de bens.

1.3 - Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4 - A presente aquisição se dará por credenciamento de todo os interessados que preencherem os requisitos e comparecem para serem credenciados nos termos previstos neste Termo de Referência e no Edital que regulamenta a presente contratação.

1.5 – O prazo de vigência deste credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez, mediante solicitação da parte durante seu transcurso devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito e vantajoso para a administração.

1.6 – Caso o objeto venha a ser prorrogado, seu preço poderá ser reajustado através do INPC, a cada período de 12 (doze) meses, aplicando-se o índice acumulado do período.

02 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO/ CREDENCIAMENTO:

2.1. A aquisição de cascalho se faz necessária para recuperação de estradas do município através do cascalhamento das estradas de terra, principalmente em período chuvoso que ocorre o excesso de barro e as estradas vicinais ficam lisas e escorregadias, o que dificulta o ir e vir dos munícipes, do transporte escolar e outros, evitando-se o transtorno e prejuízos.

2.2. Salientamos que o acesso da população rural a serviços básicos como educação, saúde e lazer muitas vezes se dá através das estradas vicinais. A conservação do bom estado das estradas contribui para a fixação das famílias no campo e a melhoria das condições de vida das mesmas.

2.3. Ressalta que a contratação de material do tipo cascalho tem a finalidade de manutenção e recuperação das estradas de terra Município, pois sem estradas trafegáveis fica inviabilizado o deslocamento de pessoas para suas atividades corriqueiras.

2.4. As estradas em perfeito estado, oferecem maiores benefícios a toda população e melhoram o tráfego dos produtores rurais, pois veículos e produtos sofrerão menos danos no transporte.

2.5. Considerando a grande extensão territorial do Município de Presidente Olegário e a ampla malha de estradas rurais que necessitam de manutenção contínua, o credenciamento mostra-se a forma mais vantajosa e eficiente de



contratação, pois permite a habilitação simultânea de diversos fornecedores locais de cascalho, situados em diferentes regiões do Município.

2.6. Assim, a cada demanda será selecionado o credenciado cuja jazida se situe mais próxima do ponto de aplicação, reduzindo custos logísticos e garantindo maior celeridade no atendimento, em observância ao critério objetivo de menor distância.

2.7. O levantamento de mercado realizado pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes identificou a existência de vários fornecedores aptos e regularmente licenciados, evidenciando a pluralidade de interessados e a inexistência de exclusividade no fornecimento, o que confirma a viabilidade do credenciamento como contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021.

03 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

3.1 - Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021, notadamente os arts. 74, caput, IV, 78, I, combinados com o art. 79, I, todos da mencionada Lei.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:[...];

IV- Objetos que devem ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

Art. 78. São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas por esta Lei:I

- Credenciamento;

[...];

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - A Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação; [...];



V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os interessados que forem habilitados serão contratados por meio de instrumento de contrato, conforme a necessidade do município de Presidente Olegário, no qual se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

4.2. O credenciamento permanecerá aberto durante toda a sua vigência, possibilitando o ingresso de novos interessados que atendam às condições estabelecidas no edital. Todos os credenciados terão tratamento isonômico, sendo as demandas atendidas conforme o critério objetivo de menor distância entre o local de extração e o ponto de utilização do material.

4.3. O município de Presidente Olegário será responsável pelo transporte e extração do cascalho.

4.4. O objeto da licitação constante deste edital deve estar disponível para retirada no prazo máximo de 12(doze) horas, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento.

4.5. Observar locais, datas e horários para realização das atividades, conforme definição e solicitação da Administração Municipal;

4.6. A Prefeitura Municipal de Presidente Olegário reserva-se ao direito de solicitar ou não a retirada do cascalho de acordo com as necessidades, podendo o fornecimento, até o final da vigência do contrato, ser parcial ou integral.

4.7. Fica de inteira responsabilidade a encargo do CREDENCIADO a recuperação ambiental do local da retirada do objeto, obrigando-se este a efetuar, dentre outros, plantios de espécie florestais, a fim de evitar erosão e demais danos ao ambiente; conforme legislação pertinente;

4.8. Permitir o livre acesso de máquinas, equipamentos e veículos necessários aos trabalhos de retirada e transporte do objeto.

5- DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1- Possuir licença conferida pelo órgão competente para extração de cascalho em nome do proprietário licitante.

5.2- O credenciado deverá manter válidas e atualizadas, durante toda a vigência do contrato, as licenças e autorizações necessárias para a extração do cascalho, sob pena de suspensão ou exclusão do credenciamento.”

5.3- Poderão participar pessoas jurídicas, com condições específicas de habilitação.

5.4 - Não será admitida a subcontratação nesse objeto licitatório.

6 – DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1. Os valores unitários foram definidos conforme pesquisa de mercado e critérios estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta este Termo de Referência.

6.2. A remuneração referente ao fornecimento pelas empresas credenciadas obedecerá aos valores estabelecidos no Anexo II, do Edital de credenciamento.

6.3. Os pagamentos serão realizados pelo Município de acordo com as planilhas de medições apresentadas, em até





20 (vinte) dias após a efetiva execução do objeto, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato.

6.4. O pagamento à credenciada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

6.5. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

6.5.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.

6.6. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de contrato, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017).

6.7. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a credenciada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

6.8. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da credenciada.

6.9. Nenhum pagamento será efetuado à Credenciada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, obrigando-se ainda, a manter regularmente em dia, sua condição de cadastrada e habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores do Município de Presidente Olegário.

6.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Credenciada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento.

6.11. A CREDENCIADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.

6.12. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da credenciada.

6.13. A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao responsável pelo objeto contratual, que somente liberará a referida nota fiscal para pagamento após atestar a execução.

6.14. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

6.15. Somente serão efetuados os pagamentos às notas fiscais eletrônicas (NFe), de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, emitidas pela empresa participante do processo



licitatório, ou seja, mesmo CNPJ.

6.16. À CREDENCIANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

07 – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE:

7.1. Exigir da CREDENCIADA o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas contratuais e o termo de referência;

7.2. Zelar para que a CREDENCIADA mantenha as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

7.3. Efetuar a fiscalização do contrato, procedendo ao atesto da NOTA FISCAL, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

7.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as especificações exigidas;

7.5. Efetuar o pagamento, se o objeto estiver em conformidade com as especificações requeridas, após aceitação e atesto do executor/fiscal do contrato;

7.6. Comunicar à CREDENCIADA qualquer irregularidade constatada na execução do contrato;

7.7. Comunicar à CREDENCIADA quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;

7.8. Notificar a CREDENCIADA, por escrito, sobre o descumprimento contratual e aplicação de eventual penalidade, nos termos do Contrato e do Termo de Referência;

7.9. Recusar Notas Fiscais que estejam em desacordo com as exigências, informando à CREDENCIADA e sobrestando o pagamento até a regularização da condição;

7.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.11. Pagar à CREDENCIADA o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;

7.12. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do contrato;

7.13. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CREDENCIADA;

7.14. Responsabilizar-se pela designação de servidor, dentro da Secretaria solicitante, para fiscalização da efetiva execução do Contrato;

7.15. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS.

7.16. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

7.17. Realizar publicação do extrato desse contrato na forma do art. 94 da lei 14.133/2021;

7.18. Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da credenciada pertinentes ao objeto a ser celebrado, o que não exime esta da responsabilidade por danos causados.



8 – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

8.1. A Credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, Edital, Termo de Referência, e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

8.3. Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual, tais como: Salários; seguros de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vale-refeição/alimentação; vale-transporte; plano de assistência médica (ambulatorial e hospitalar); outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

8.4. Responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Presidente Olegário;

8.5. Responsabilizar-se, também, pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

8.6. Comunicar verbal e imediatamente ao órgão fiscalizador todas as ocorrências anormais verificadas e, no menor espaço de tempo possível, reduzi-las a escrito, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos;

8.7. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do objeto contratado, observado o contraditório e a ampla defesa;

8.8. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, independente de dolo ou culpa, durante a execução do contrato;

8.9. Aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões no valor inicial atualizado da contratação, nos termos do artigo 125, da Lei n. 14.133/2021;

8.10. Caso haja interesse, de ambas as partes, na prorrogação do contrato, assinar os aditivos de prazo em tempo hábil;

8.11. A Credenciada deverá indicar um preposto, que será o seu representante responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto a Credenciante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento do contrato;

8.12. Comunicar a credenciante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso do objeto contratado, ficando reservado o direito a Credenciante de aceitar ou rejeitar a justificativa;



- 8.13.** Efetuar o objeto desse contrato com qualidade e eficiência, dentro dos padrões e prazos exigidos pelo CREDENCIANTE, conforme solicitação da Secretaria e conforme exigido neste Contrato e no Termo de Referência;
- 8.14.** Atender prontamente quaisquer exigências do gestor do contrato, inerente ao objeto da contratação;
- 8.15.** Fornecer condições que possibilitem o atendimento das requisições do objeto contratual, a partir da data da assinatura do Contrato;
- 8.16.** A empresa credenciada deverá zelar pela boa execução do contrato e deverá guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.17.** A não execução, a execução incompleta ou insatisfatória do objeto contratual, além do descumprimento das cláusulas sujeitará à credenciada as sanções administrativas previstas neste instrumento;
- 8.18.** É vedado à empresa Credenciada caucionar ou utilizar o contrato objeto da licitação, para operação financeira.
- 8.19.** Manter sobre sua guarda os documentos originais, ou cópias autenticadas das guias comprovantes de recolhimento dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários;
- 8.20.** Obriga-se a atender ao disposto na Lei 14.133/21, ou seja: proibindo de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 8.21.** Ao participar do certame, as licitantes se comprometem a acompanhar o e-mail informado no edital para apurar o recebimento de NAF;
- 8.22.** Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes do contrato;
- 8.23.** Apresentar Nota Fiscal e CND's Federal, Estadual, FGTS e Trabalhista, acompanhadas das ordens de fornecimento;
- 8.24.** Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CREDENCIANTE;
- 8.25.** Responder perante o município, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CREDENCIADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes
- 8.26.** Cumprir os prazos previstos no Termo de Referência.
- 8.27.** As Credenciadas deverão possuir capacidade física/operacional/pessoal/instrumental devidamente capaz de realizar os termos constantes no Termo de Referência;
- 8.28.** O fornecimento de cascalho será efetuado sempre que solicitado;
- 8.29.** Comunicar a Prefeitura Municipal de Presidente Olegário, por escrito e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução do objeto ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar o fornecimento de cascalho;



- 8.30.** Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do contrato;
- 8.31.** Executar diretamente os fornecimentos contratados, sem transferência de responsabilidade;
- 8.32.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse da Prefeitura Municipal de Presidente Olegário ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do fornecimento;
- 8.33.** O reconhecimento dos direitos do CREDENCIANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei 14133/2021.

9 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 9.1-** Comprovante da propriedade onde será extraído o cascalho;
- 9.2-** Certidão de Matrícula do Imóvel;
- 9.3 -** Registro de Licenciamento Mineral.
- 9.4-** Licenciamento Ambiental.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

DOTAÇÃO	FICHA	FONTE
02.09.01.26.782.2601.2053.3.3.90.30.00	656	1.500.000.0000

11 - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1 -** Não será admitida a subcontratação do objeto deste edital.

12 - DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO

12.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

12.2 – Secretaria de Estradas e Transportes, deverá acompanhar e fiscalizar a aquisição do cascalho realizados pelos credenciados, anotando em registro próprio todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13 - DA FISCALIZAÇÃO DO SERVIÇO CREDENCIADO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.



13.2. O exercício da fiscalização não transporta, para o CREDENCIANTE, qualquer responsabilidade por eventual incorreção na prestação dos serviços.

13.3. A fiscalização da execução será exercida por servidores designados pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes, os quais deverão registrar todas as ocorrências e atestar os fornecimentos realizados, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.”

14- DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

14.1 - O presente termo de credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez, mediante solicitação da parte durante seu transcurso devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito e vantajoso para a administração.

15 – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA ENTRE OS CREDENCIADOS

15.1. O credenciamento será de caráter permanente e não excludente, permitindo o ingresso de novos interessados durante toda a sua vigência, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

15.2. A escolha do fornecedor para cada fornecimento será realizada com base em critério objetivo de menor distância entre o local de extração do cascalho e o ponto de aplicação indicado pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes.

15.3. Todos os credenciados receberão tratamento isonômico, assegurando-se a rotatividade no atendimento e a distribuição equitativa das demandas, observadas as condições técnicas e logísticas de cada jazida.

15.4. Em caso de empate na distância ou em situações de indisponibilidade temporária de um credenciado, o fornecimento poderá ser direcionado ao próximo credenciado mais próximo, devidamente registrado e autorizado pela Secretaria competente.

15.5. A Secretaria Municipal de Estradas e Transportes manterá registro atualizado das ordens de fornecimento, contendo data, local, credenciado atendente e quantidade fornecida, para fins de controle, transparência e fiscalização.

Leonardo Santos Araújo
Secretário Municipal de Estradas e Transportes





ANEXO II
VALORES

Item	Especificação	UND	Qtd estimada M ³ para um mês	Qtd estimada M ³ para um ano	Valor médio Unitário	Valor médio Total
1	CASCALHO	M ³	1.000	12.000	R\$ 9,83	R\$ 117.999,60

Os preços referenciais foram obtidos por meio da pesquisa direta de preços com fornecedores locais e regionais interessados, pelos quais foram entregues pedidos de fornecimento de orçamento e preenchidos pelos mesmos.

IMPORTANTE: *As estimativas pertinentes constituem-se em mera previsão dimensionada, não estando o Município obrigado a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo ao credenciado o direito de pleitear qualquer tipo de reparação e/ou indenização. Portanto o Município se reserva ao direito de, ao seu critério, utilizar ou não a quantidade prevista.*



ANEXO – III
MODELO DA DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM O PREÇO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

DECLARO para os devidos fins e sob as penas da Lei, que concordo em praticar nos serviços a serem realizados, os preços estipulados no Anexo II do edital de Credenciamento nº 004/2025 Processo nº 101/2025, bem como me comprometo a realizar os serviços credenciados nos termos propostos.

Presidente Olegário, ____ de ____ de 2025

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



ANEXO IV
DECLARAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

A Empresa _____, com inscrição no CNPJ n.º _____, sediada na _____ vem declarar sob as penas da Lei:

- Atendem aos requisitos de habilitação;
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital de credenciamento e seus anexos;
- Que assume a responsabilidade dos serviços a serem prestados ao preço cobrado, assumindo como firmes e verdadeiros;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91 (se for o caso).
- Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Presidente Olegário, _____ de _____ de 2025

Nome e assinatura do representante legal
(carimbo da empresa)



ANEXO V
REQUERIMENTO

AO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG
SETOR DE LICITAÇÃO

A empresa _____, CNPJ nº _____ com sede no município de _____ / _____, à Rua/Avenida _____, Bairro _____, CEP _____, telefones _____, e-mail _____ vem perante esta Agente de Contratação e equipe de apoio manifestar seu interesse em realizar o credenciamento para fornecimento de cascalho conforme disposto no processo nº-credenciamento nº.

Local e data: _____

Assinatura e carimbo do representante legal



ANEXO VI
MINUTA DE CONTRATO N° ____/2025

Processo Administrativo n°.: 0xx/2025

Inexigibilidade n°.: 0xx/2025

Credenciamento n°.: 0xx/2025

Fiscal do Contrato: **Luiz André Amaral**

Gestor do Contrato: **Leonardo Santos Araújo**



Por este contrato de credenciamento, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediado na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário – MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____, situada na Rua _____, nº _____, **CIDADE/UF**, CEP _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato **REPRESENTADA** por

seu representante legal, o Sr. _____, inscrito no CPF nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal n.º 1.760, 19 de janeiro de 2024 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

1.1. O presente contrato decorre da homologação do Processo Administrativo n.º. ____/2025 por meio da Inexigibilidade n.º ____/2025 através do Credenciamento n.º ____/2025 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal n.º. 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 1.760, 19 de janeiro de 2024, e demais normas pertinentes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem como objeto o **CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO DESTINADO À RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG**.

2.2. Integra este contrato, como se nele estivesse transcrito, o Termo de Referência do Edital.

2.3. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal De Estradas e Transportes.

Fiscal do Contrato: **Luiz André Amaral**

Gestor do Contrato: **Leonardo Santos Araújo**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ENTREGA, RECEBIMENTO/MEDIÇÃO)

3.1. Conforme termo de referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. Conforme Termo de Referência

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução do contrato devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não



comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Conforme Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. Conforme Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO

8.1. Do reajuste:

8.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.

8.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice estabelecido no termo de referência**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela



CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio do contrato, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura do contrato, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que o contrato esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal do contrato e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes do contrato serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Conforme Termo de Referência

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

9.2.1. Conforme Termo de Referência

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 3.800/2025, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, aos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem justificativa;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa;
- f) praticar ato fraudulento na execução contratual;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. As infrações acima sujeitam o Contratado às seguintes sanções:

12.2.1. *Advertência*, conforme art. 3º da Lei Municipal nº 3.800/2025, para a alínea “a”, salvo justificativa para penalidade mais grave.

12.2.2. *Impedimento de licitar e contratar com o Município*, conforme art. 4º da Lei Municipal.

12.2.3. *Declaração de inidoneidade*, conforme art. 5º da Lei Municipal.

12.2.4. *Multa*:

11.2.4.1. *Moratória por atraso na execução* sobre a parcela inadimplida (art. 6º, §3º da Lei Municipal):

- Até 5 dias úteis: **0,1% ao dia**;
- De 6 a 15 dias úteis: **0,2% ao dia**;
- De 16 a 30 dias úteis: **0,5% ao dia**;
- Acima de 30 dias úteis: **10% fixos** sobre a parcela inadimplida.
- Nos casos de fornecimento de bens ou serviços essenciais ao funcionamento da Administração Pública, a multa moratória poderá ser majorada até o dobro dos percentuais estabelecidos, desde que devidamente justificado pelo gestor do contrato.

11.2.4.2. *Compensatória* (art. 7º da Lei Municipal), conforme gravidade da infração:

- Leve: **3%**
- Média: **10%**
- Grave: **20%**
- Gravíssima: **30%**

11.2.4.3. A reincidência poderá aumentar o percentual da multa de mesma natureza em até **50%**, respeitado o teto de **30%** do valor do contrato.

11.3. As sanções não excluem a obrigação de reparar integralmente os danos à Administração.

11.4. Todas as sanções previstas anteriormente poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. As multas moratória e compensatória **não serão cumuladas para o mesmo fato gerador**, nos termos do art. 6º, §5º da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.6. Será garantida defesa prévia de **15 dias úteis**, a contar da intimação.

11.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.8. O recolhimento da multa deverá ser feito em até **10 dias úteis** após comunicação formal da penalidade.

11.9. A aplicação das sanções se dará por processo administrativo sancionador, conforme os arts. 14 a 31 da Lei Municipal nº 3.800/2025.

11.10. Notificações poderão ser realizadas por e-mail, aplicativo de mensagens ou publicação oficial, conforme os arts. 19 e 20 da Lei Municipal.

11.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa na plataforma que aconteceu a licitação.



11.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou na plataforma que aconteceu a licitação serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11.11. Nas aplicações das sanções serão consideradas:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.12. As infrações que também forem atos lesivos conforme a Lei nº 12.846/2013 serão julgadas conjuntamente.

11.13. A Administração poderá desconsiderar a personalidade jurídica do Contratado e estender as penalidades a sócios e sucessores, nos termos dos arts. 41 a 45 da Lei Municipal.

11.14. As penalidades serão registradas no CEIS, CNEP ou sistema próprio no prazo de **5 dias úteis**, conforme art. 36 da Lei Municipal.

11.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o Município ora Contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES E DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. Das alterações:

12.1.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do [art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.1.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.1.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. Da extinção:

12.2.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.2.3.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.



12.2.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.2.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Conforme Termo de Referência.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS NORMAS AMBIENTAIS

15.1. A credenciada deverá cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, por ação ou omissão, decorrentes da execução do contrato, nos termos da legislação ambiental.

15.2. A Credenciada responderá pelos crimes ambientais que praticar, incumbindo-lhe o pagamento das multas decorrentes das infrações à legislação ambiental.

15.3. A Credenciada deverá observar os procedimentos estabelecidos na legislação em vigor, bem como as condicionantes estabelecidas pelo COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental.

15.4. A Credenciada ficará, direta e pessoalmente, responsável por quaisquer imposições, multas ou penalidades que decorram de autuações elaboradas pelas autoridades competentes, em face de irregularidades advindas do descumprimento das determinações estabelecidas nos instrumentos de licenciamento ambiental, mesmo que o autuado principal seja o Município de Presidente Olegário, que, inclusive, poderá valer-se do direito de regresso.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, ____ de 2025 .

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Rhenys da Silva Cambraia
Prefeito Municipal



SECRETARIA MUNICIPAL
Secretario

EMPRESA
Representante Legal

TESTEMUNHAS: I - _____
Nome - CPF:

II - _____
Nome - CPF:



Anexo VII

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A elaboração do Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e tem como objetivo assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação e embasar o termo de referência/projeto básico/plano de trabalho, que somente será elaborado se a contratação for considerada viável.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP é importante examinar os normativos que disciplinam os serviços a serem contratados, de acordo com a sua natureza, além de analisar as contratações anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e execução do objeto.

Assim sendo, sirvo-me do presente para apresentar Estudo Técnico Preliminar.

Sirvo-me do presente para apresentar Estudo Técnico Preliminar:

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO PARA O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO.

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

A manutenção e recuperação das estradas vicinais do Município de Presidente Olegário demandam o fornecimento contínuo e descentralizado de cascalho, insumo essencial para garantir a trafegabilidade de veículos, o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o acesso da população rural a serviços públicos básicos, como saúde e educação.

Durante o período chuvoso, a necessidade de material aumenta consideravelmente, devido ao surgimento de atoleiros e ao desgaste natural das vias. Essa característica torna a demanda pelo cascalho variável, de difícil previsão e distribuída por um extenso território, o que inviabiliza contratações centralizadas e de quantitativos fixos.

Considerando que o Município possui área territorial ampla e centenas de quilômetros de estradas rurais, o transporte do cascalho até os pontos de aplicação é fator determinante no custo e na viabilidade da operação. Assim, quanto mais próximo estiver o fornecedor da área de utilização, menores serão os custos logísticos e maior será a agilidade no atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Estradas e Transportes.

Dessa forma, a adoção do credenciamento mostra-se a solução mais eficiente e vantajosa para o interesse público, permitindo que diversos fornecedores locais sejam previamente habilitados para fornecer o material, conforme a demanda, sendo a escolha para cada fornecimento pautada em critério objetivo de proximidade (menor distância) entre o local de extração e o ponto de utilização.

Tal modelo assegura economicidade, eficiência operacional e tratamento isonômico entre os fornecedores,



atendendo à necessidade de contratações paralelas e não excludentes, conforme previsto no art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, além de se adequar à hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, IV, do mesmo diploma legal.

II – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração:

Embora o Município ainda não possua Plano de Contratações Anual formalizado, a necessidade de fornecimento contínuo de cascalho para manutenção das estradas rurais é demanda recorrente da Secretaria Municipal de Estradas e Transportes, estando alinhada ao planejamento orçamentário e às ações permanentes de infraestrutura viária.

III - Requisitos da contratação:

1. Das exigências para o credenciamento:

- Possuir licença conferida pelo órgão competente para extração de cascalho em nome do proprietário licitante.
- Poderão participar pessoas jurídicas, com condições específicas de habilitação.

2. Do pagamento

- Os pagamentos serão realizados até o dia 20 (vinte) no mês subsequente ao da extração do cascalho, após prévio empenho da despesa, mediante depósito na conta do credenciado, de acordo com o relatório das quantidades extraídas de Cascalho.

A Secretaria de Estradas e Transportes será o responsável por fazer o controle da extração de cascalho, dando iguais oportunidades a todos os credenciados e a fiscalização dessas para que tenham resultados satisfatórios.

O credenciamento permanecerá aberto durante sua vigência, possibilitando o ingresso de novos interessados que atendam aos requisitos estabelecidos. Todos os credenciados receberão tratamento isonômico, sendo as solicitações de fornecimento distribuídas conforme critério objetivo de proximidade do local de extração em relação ao ponto de utilização, em conformidade com o art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021.

IV – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala:



As quantidades estimadas foram obtidas a partir do histórico de consumo de cascalho nos últimos exercícios e da projeção das demandas futuras de manutenção das estradas vicinais, considerando fatores sazonais como o período chuvoso e as condições de trafegabilidade observadas pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD ESTIMADA M ³ PARA UM MÊS	QTD ESTIMADA M ³ PARA UM ANO
1	CASCALHO	M ³	1.000	12.000

V - Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções:

Com a finalidade de subsidiar a estimativa de preços para o credenciamento de fornecimento de cascalho, foi realizado levantamento de mercado abrangendo diferentes fontes:

- **Orçamentos locais:** foram coletadas três cotações diretas junto a fornecedores da região, obtidas por meio de contato telefônico e mensagens (anexas), resultando nos valores de R\$ 8,50/m³, R\$ 9,00/m³ e R\$ 12,00/m³.
- **Bases públicas de custos:** consulta ao SINAPI (agosto/2024) indicou valor de referência de R\$ 40,60/m³ para cascalho de cava.
- **Compras públicas e pregões eletrônicos:** verificaram-se registros recentes no PNCP e em licitações municipais, com valores variando entre R\$ 69,93 e R\$ 111,50/m³, dependendo da especificação, logística e condições de entrega.
- **Ofertas comerciais regionais:** anúncios e fornecedores cadastrados confirmam a disponibilidade do material e a variação de preços em função de volume, granulometria e distância de transporte.

A comparação demonstra que as cotações locais se apresentam muito abaixo das referências públicas, possivelmente em razão de se tratarem de valores para retirada direta no local da extração, sem frete e encargos incidentes. Já as bases públicas refletem preços mais abrangentes, incluindo custos médios de transporte, encargos legais e variações regionais.

Conclusão: Para fins orçamentários e de planejamento, adota-se como preço referencial o valor de **R\$ 50,00/m³**, considerado adequado por estar acima da média das cotações locais (R\$ 9,83/m³), compatível com o SINAPI (R\$ 40,60/m³) e ainda inferior ao teto observado em pregões (até R\$ 111,50/m³). Esse valor confere maior segurança ao orçamento municipal, evitando subavaliação de custos e garantindo economicidade e isonomia na contratação.

VI – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação:

Os preços referenciais foram obtidos por meio da pesquisa direta de preços, com fornecedores locais interessados, pelos quais foram solicitados pedidos de **orçamento** via WhatsApp e ligação via telefone, conforme descrito abaixo





e anexados a este. No Anexo I é apresentado a **declaração** com justificativa para a escolha do método para a obtenção das estimativas de valores e comparativos.

- Orçamento de Mercado (cascalho): **R\$8,50 M³** (Edmar de Deus Vieira). *Em anexo*;
- Orçamento de Mercado (cascalho): **R\$9,00 M³** (Mikaelle Galvão Amorim). *Em anexo*;
- Orçamento de Mercado (cascalho): **R\$12,00 M³** (Cascalho Bruto Empreendimentos). *Em anexo*;

MÉDIAS DOS ORÇAMENTOS

Cascalho: **R\$ 9,83**

VII - Descrição da solução como um todo:

O fornecimento de cascalho, objeto deste ETP objetiva viabilizar a realização de manutenções e recuperações das estradas do município, proporcionando melhores condições de trânsito para a população olegariense.

A extração do cascalho será observada as normas técnicas pertinentes, sempre com o acompanhamento da Secretaria de Estradas e Transportes.

Com o intuito de imprimir maior transparência e ampliar a concorrência, entende-se que o credenciamento através da inexigibilidade de licitação, se faz a solução mais viável, visto que o município possui uma extensa área de estradas, assim a necessidade de possuir mais de um local para extração de cascalho para facilitar o transporte e agilizar o processo de manutenção e recuperação das estradas.

Além disso, atendendo ao princípio da imparcialidade e da ampla concorrência, essa é a forma mais objetiva e impessoal de aquisição de cascalho, podendo dar igual oportunidade a todos os interessados.

Deste modo, verifica-se que conforme o inciso XLIII do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, a situação exposta enquadra-se no credenciamento:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

E também o inciso I do art. 79, desta mesma lei:

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.





Foram consideradas alternativas como contratação direta mediante pregão ou registro de preços, contudo, essas opções se mostraram inadequadas em razão da variação geográfica das jazidas e da necessidade de múltiplos pontos de extração, que inviabilizam a competição por preço único. Assim, o credenciamento é a solução que melhor equilibra economicidade, eficiência logística e isonomia entre os interessados.

Demonstração da pluralidade de fornecedores e ausência de exclusividade:

O levantamento de mercado realizado pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes identificou a existência de diversos fornecedores locais de cascalho aptos a atender o Município, conforme as cotações apresentadas nos anexos deste ETP.

Verificou-se que as jazidas encontram-se distribuídas em diferentes regiões do território municipal, o que evidencia a pluralidade de interessados e a inexistência de exclusividade na exploração e fornecimento do material.

Essa realidade confirma a viabilidade de adoção do credenciamento como processo de contratação paralelo e não excludente, nos termos do art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, assegurando a participação ampla e isonômica de todos os interessados

VIII – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Considerando ser um credenciamento por inexigibilidade de licitação, avalia-se que não exista a possibilidade de parcelamento da solução, pois não se considera o número de licitantes e sim a participação ampla de forma isonômica, atendendo os requisitos especificados em edital.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

A realização deste processo nos moldes propostos, têm como resultado direto a agilidade na solução de todas as demandas, visto a possibilidade de realizar contratações simultâneas para aquisição de cascalho atendendo com maior agilidade as demandas do município.

Além disso, considera-se também que será de grande ganho para o município a recuperação e manutenção das estradas do município, evitando maiores transtornos para a população olegariense que necessita transitar pela região.

O modelo proposto permitirá significativa redução de custos com transporte, maior agilidade na resposta às demandas emergenciais e descentralização do atendimento, garantindo melhor aproveitamento dos recursos públicos e otimização das equipes e equipamentos municipais.

X – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual:



Não se aplica.

XI - Contratações correlatas e/ou interdependentes

(X) não aplica

() aplica, justifique:

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

A atividade de extração de cascalho pode gerar impactos ambientais relevantes, como:

- alteração da paisagem e do relevo local;
- geração de poeira e material particulado durante a retirada e transporte;
- riscos de assoreamento e degradação de cursos d'água próximos;
- compactação do solo e redução da cobertura vegetal na área de extração.

Medidas mitigadoras exigidas e a serem observadas:

1. Exigência de licença ambiental específica para a extração, expedida pelo órgão competente, como condição de habilitação no credenciamento.
2. Execução da atividade apenas em áreas devidamente autorizadas, com plano de recuperação ambiental aprovado.
3. Controle de poeira por meio de umedecimento periódico em vias internas e áreas de carregamento.
4. Transporte do cascalho em veículos cobertos, reduzindo a emissão de particulados e a queda de material nas vias.
5. Destinação adequada de resíduos gerados durante a operação.
6. Fiscalização contínua pela Secretaria Municipal de Estradas e Transportes, garantindo que os fornecedores credenciados atendam às normas ambientais aplicáveis.

Quanto a requisitos de **baixo consumo de energia e de recursos**, não há aplicação direta, visto que o objeto trata de insumo mineral. Da mesma forma, não há geração de bens ou refugos passíveis de **logística reversa**, uma vez que o material fornecido (cascalho) é aplicado integralmente nas estradas.

Conclusão: Embora a contratação não envolva bens descartáveis ou consumo energético direto, os impactos ambientais da extração mineral existem e devem ser mitigados por meio da exigência de licenciamento ambiental e do cumprimento das normas técnicas pertinentes, assegurando a sustentabilidade da atividade.

XIII - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a





que se destina.

Antes o exposto, conclui-se que a contratação pretendida atende à necessidade explanada neste ETP de forma eficaz e com baixo custo, que o valor do cascalho M³ está de acordo com o praticado no mercado e o previsto no orçamento do Município, e que não é possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

Fiscal: Luiz André Amaral

Presidente Olegário/MG, 13 de outubro de 2025.

Luiz André Amaral
Coordenador da Defesa Civil

Leonardo Santos Araújo
Secretário Municipal de Estradas e Transportes



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BBBE-0021-F0E4-FD75

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEONARDO SANTOS ARAÚJO (CPF 873.XXX.XXX-53) em 24/10/2025 14:39:12 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://presidenteolegario.1doc.com.br/verificacao/BBBE-0021-F0E4-FD75>